

# Grupos constituintes mostram falência de partidos

Arquivo 12/1/88



Mais de 300 congressistas aderiram ao Centrão, Centrinho e Grupo dos 32 desprezando os partidos

## Rubem de Azevedo Lima

Centrão, Centrinho, Grupo dos 32, Históricos, Evangélicos e Progressistas. São estes, na verdade, os grupos que comandam a Assembleia Nacional Constituinte, em lugar dos partidos políticos. Dessas agremiações, que iniciaram os trabalhos da Assembleia com mais de 470 constituintes, já não resta muita coisa. Hoje, mais de 300 congressistas abandonaram, na prática, as siglas sob as quais se elegeram em 1982 (o terço do Senado) e em 1986 e passaram a integrar-se em bloco suprapartidários.

### Por que isso aconteceu?

O líder do PCB na Assembleia, deputado Roberto Freire, de Pernambuco, ele próprio eleito em coligação eleitoral com o PMDB, acha que a sociedade brasileira, após vários anos de autoritarismo, ficou sem condições de cobrar de seus representantes políticos fidelidade aos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral. Esse processo de cobrança, porém, está sendo estabelecido, aos poucos, mas só com algum tempo se exercerá de maneira plena. Além disso, na opinião de Freire, os chamados partidos não-ideológicos funcionam com pouca militância, recebendo adesões eventuais, por ocasião de cada pleito. Após as eleições, muitos dos eleitos sob esses partidos procuram novos rumos políticos, em função de conveniências pessoais.

### Resistência

A dispersão partidária na Constituinte era previsível, ainda, por outros motivos, que não os apontados por Freire. Por não disporem

de rígidos códigos disciplinares, os grandes partidos não-ideológicos — PMDB, PFL, PDS e PTB — têm dificuldades para impor a seus representantes o cumprimento dos respectivos programas partidários. Por sinal não há muitas diferenças entre eles, mas, diante de situações específicas, as idéias abstratas que os caracterizam se defrontam com muita resistência para impor-se.

O PMDB, por exemplo, tem, sob o aspecto econômico e social, um dos programas considerados mais avançados, dentre os dos partidos não-ideológicos. A gremiação é favorável à reforma agrária e à existência de controles do Estado sobre a ordem econômica. Quando se colocou, porém, na prática, o problema da reforma agrária, o partido rachou.

### Conduta

“Que reforma agrária?” — indagou, numa reunião partidária, o deputado Cardoso Alves, peemedebista de São Paulo, sustentando que uma reforma mal conduzida desarticulava todo o sistema de produção brasileira no campo.

Se é difícil estabelecer uma posição comum quanto ao que está escrito no programa partidário, mais difícil ainda é definir uma linha de conduta em face de problemas concretos, que não dependem de diretrizes programáticas.

### Promessa

O caso do mandato de quatro ou cinco anos para o atual presidente da República constitui exemplo dessa dificuldade. Do programa do PMDB, do PFL, do PTB e até do PL nada consta sobre esse assunto. Todos estes partidos, porém,

votaram na chapa Tancredo Neves-José Sarney, no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, em função de um acordo suprapartidário, que previa a realização de um governo de transição e a convocação da Assembleia Constituinte, em 1986, para promover mudanças no quadro político, econômico e social do País.

Hoje, estes partidos estão profundamente divididos entre o apoio à tese dos quatro anos de mandato (conforme o entendimento tácito sobre a transição) e dos cinco anos (sob o argumento de que a transição só poderá efetuar-se num quinquênio, isto é, sem transição).

“De minha parte — explica o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas — empenho-me pelo cumprimento da promessa de transição”.

### Verdade

Dos 303 constituintes do PMDB, no entanto, 160 apoiaram proposta de emenda constitucional de cinco anos de mandato para Sarney e, nesse assunto, o líder partidário ficou em minoria.

Já o PDS, partido que, em tese, constitui oposição ao governo que se elegeu em 1985, está, hoje, majoritariamente favorável à posição governista dos cinco anos de mandato para o presidente. Dos 36 constituintes pedessistas, 23 subscreveram a emenda dos cinco anos.

“Na verdade — dizia o ex-deputado e antigo líder da extinta Arena e do PDS, José Bonifácio — só existem dois partidos políticos no Brasil: o do governo e o da oposição. O resto é conversa fiada”.

## Unidade só é obtida em poucas questões

Arquivo 21/1/88

Apenas quatro partidos — o PT, o PCB, o PC do B e o PSB — não apoiaram a emenda constitucional do Centrão, inscrita por 316 constituintes, a favor do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

Mas, além da unidade que mostram em torno desse assunto específico, e de alguns outros, de natureza social e econômica, os quatro partidos têm poucos pontos em comum, na Constituinte. O PT, por exemplo, é presidencialista. Os demais são parlamentaristas. Quanto ao sistema de governo, o PT — além do PDT, um dos mais ferozes partidos de oposição ao atual governo (embora três de seus representantes tenham apoiado o mandato de cinco anos para Sarney) — se alinha com a maioria governista do PFL, do PDS e do PMDB.

Além da particularidade que os une, em relação ao mandato de Sarney, o PT, o PCB, o PC do B e o PSB têm uma outra: nenhum de seus representantes integra o Centrão. Os representantes desses partidos, juntamente com os do PDT, participam, ainda, das reuniões de grupos contrários ao Centrão, considerado o conjunto mais conservador da Assembleia.

O que é o Centrão? Aparentemente, esse grupo se identifica com a linha política do Governo, em quase todos os assuntos, justificando, portanto, a teoria do ex-deputado José Bonifácio, segundo a qual, a rigor, só existem dois partidos políticos no Brasil: um, governista; outro, de oposição.

A teoria de Bonifácio parece confirmar-se ainda noutro fato: em 1982, o PDS, partido governista, na ocasião, possuía mais de três mil prefeitos e cerca de 30 mil vereadores em todo o País. Em 1986, após a eleição presidencial indireta, ganha pela chapa Tancredo-Sarney, de oposição, o PMDB e o PFL, agremiações vitoriosas nesse pleito, passaram a ter mais de três mil e 600 prefeitos e 35 mil vereadores. Não houve, porém, eleições municipais no Brasil, desde 1982, à exceção dos pleitos nas capitais dos estados e nos municípios de segurança ou antigas estâncias hidrominerais. Verificou-se, portanto, um processo municipal de adesão em massa nos partidos que apoiam o Governo Federal ou às agremiações através das quais se elegeram os atuais governadores, em 1986.

No tocante ao Centrão, além dos governistas habituais, o grupo se compõe ainda de constituintes evangélicos, que, em certos assuntos, defendem posições de seu interesse específico. O líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, é um dos liderados do Centrão.

O grupo dos 32 é composto de parlamentares que têm posições menos conservadoras do que as do Centrão, nos temas econômicos e sociais, ao passo que o chamado Centrinho, quase na mesma linha, se propõe a obter o entendimento com as centristas, para viabilizar a aprovação da nova Carta e, assim, neutralizar a campanha negativa que se faz contra a Constituinte, em diversas áreas. Nesses dois grupos não há, portanto, a unidade pró-governista que se verifica no Centrão.

Os históricos são um grupo de 130 ou 140 constituintes de posição



Sant'Anna: líder e liderado

mais ortodoxa do PMDB, em relação ao cumprimento dos compromissos e do programa partidário, especialmente no tocante ao mandato de quatro anos e aos temas sociais. Os progressistas pertencem ao PFL e somam entre 15 e 20 constituintes que divergem das diretrizes da liderança do partido e não aceitam o apoio incondicional ao Governo. Desse grupo fazem parte, entre outros, os deputados Jaime Santana, Saulo Queiroz, Alcenir Guerra e Lúcio Alcântara.

O que poderá acontecer aos atuais partidos, após a aprovação da nova Carta? A expectativa generalizada é a de que os históricos se desliguem do PMDB, para criar um novo partido social-democrático, em oposição ao governo, sobretudo se for aprovado o mandato de cinco anos para Sarney. Nesse caso, os históricos poderão contar com o apoio dos progressistas do PFL, desencantados com o Governo.

Tal fusão, no entanto, não será fácil. Alguns pefelistas favoráveis à idéia da nova agremiação — como o deputado Humberto Souto, do PFL de Minas — apoiaram a emenda dos cinco anos para Sarney e os organizadores do novo partido pensam em exigir um mínimo de identidade entre seus integrantes, para não nascerem sob suspeita do eleitorado.

Por sinal, embora a característica maior da Constituinte seja a negação das atuais siglas partidárias, a Assembleia aprovou, no projeto da futura Constituição, a exigência de que os partidos inscrevam em seus estatutos regras específicas para coibir a infidelidade e a indisciplina partidárias. Em face do esfacelamento do quadro partidário, que ocorre na Assembleia, essa proposta pode parecer incoerente, mas mostra que os constituintes acham impossível manter a atual situação, sem caírem no descrédito perante os eleitores brasileiros, em proveito apenas dos partidos ideológicos, se não mais radicais pelo menos mais extremados, no espectro político. (R.A.L.)